

Sarney corta gastos com viagens

BRASÍLIA — O presidente José Sarney determinou ontem, como medida de contenção de despesas, a redução de 75% das viagens promovidas pelo governo para o Exterior. Somente no ano passado foram autorizadas 7.500 viagens, a maioria com ônus para o Tesouro Nacional. A decisão, no entanto, é temporária (vale por 90 dias) e abre diversas exceções: não são atingidos pela medida missões diplomáticas, militares, de negociação da dívida externa, viagens do presidente da República, serviços técnicos e bolsistas de cursos de pós-graduação.

Segundo o chefe do Gabinete

Civil, Ronaldo Costa Couto — que não soube informar quanto se economizará com a restrição de viagens ao Exterior —, o governo está examinando critérios para concessão de diárias

de membros do governo. Ele afirmou ainda que todos os ministérios estão proibidos de fazer despesas acima do que têm em caixa, conforme determinação da medida provisória nº 32. Estão ressalvados, porém, segundo o chefe do Gabinete Civil, os contratos já firmados e a manutenção das atividades básicas da administração.

Ainda ontem, com o aval do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) propôs a criação de dispositivo legal que permita incriminar judicialmente autoridades do governo que não cumpram a determinação de gastar apenas o que for efetivamente arrecadado pelo Tesouro Nacional. Segundo Afif, foi o descumprimento de promessas de austeridade por parte do governo que determinou o fracasso dos Planos Cru-

zado e Bresser, em 1986 e 1987, respectivamente.

“Ou o governo se ajusta efetivamente às novas regras ou o Plano Verão será mais um a não dar certo”, disse o deputado. Seu projeto prevê que o descumprimento do artigo 18 da medida provisória 32 (que vincula gastos à receita) “importará responsabilidade civil e penal”.

O projeto de Afif, que deve ser aplicado também aos Poderes Judiciário e Legislativo, foi levado ontem pela manhã ao ministro da Justiça, com quem o deputado se reuniu por uma hora. Segundo informou, o ministro Oscar Dias Corrêa elogiou o projeto, que será apresentado ao Congresso na forma de emenda à medida provisória ou ao projeto de lei equivalente, caso prevaleça proposta do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).



Afif exige cumprimento das promessas de austeridade

Epitácio Pessoa/AE - 7/6/88